

CLIPPING IMPRESSO

03/11/2020

INDICE

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	1
1.2. JORNAL PEQUENO.....	2 - 3
2. CNJ	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	4
3. COMARCAS	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	5
4. CORREGEDOR (A)	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	6 - 7
4.2. JORNAL PEQUENO.....	8 - 9
5. DECISÕES	
5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	10
6. DESEMBARGADOR	
6.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	11
6.2. JORNAL PEQUENO.....	12 - 13
7. JUIZADOS ESPECIAIS	
7.1. JORNAL EXTRA.....	14
8. JUÍZES	
8.1. JORNAL EXTRA.....	15
9. PUBLICIDADE LEGAL	
9.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	16
10. VARA CRIMINAL	
10.1. JORNAL EXTRA.....	17 - 18
10.2. JORNAL PEQUENO.....	19 - 20

PH

**PERGENTINO
HOLANDA**

ph@mirante.com.br
@holandaph

TRIVIAL VARIADO

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Academia Maranhense de Letras (AML) promovem, nesta quinta-feira, dia 5, às 17h, conferência virtual com o escritor angolano, Pepetela, um dos vencedores do Prêmio Camões (1997), pela riqueza de sua obra literária.

No assunto: a conferência virtual – que será transmitida pelo canal do Tribunal de Justiça do Maranhão no Youtube (youtube/tjmaoficial) – terá como mediadores o presidente da Corte, desembargador Lourival Serejo, e o advogado e escritor maranhense Alexandre Lago.



TRIVIAL VARIADO

Durante a semana, o Conselho Nacional de Justiça aprovou novas diretrizes e procedimentos para julgamentos de pessoas com deficiência auditiva ou visual. Entre as novidades, se destaca a obrigatoriedade de presença de intérprete em todas as etapas do processo no âmbito da Justiça criminal e da infância e adolescência.

Assaltante pode ficar paraplégico após sofrer balaço

Suspeito foi preso após roubar um ônibus na Avenida Guajajaras e operado no Socorrão II

Adriano Araújo Costa, de 21 anos, até ontem permanecia no Hospital Socorrão II, na área da Cidade Operária, e, de acordo com a polícia, pode ficar paraplégico. Ele é suspeito de praticar assaltos a coletivos na Grande Ilha e foi baleado na noite do último domingo, 1º.

O delegado plantonista da Delegacia Especial da Cidade Operária, Nilo Furnier, informou que Adriano Costa é morador do bairro Ipase de Baixo. No último domingo, ele e um comparsa embarcaram fingindo ser passageiro em um ônibus, no Terminal da Integração do São Cristóvão, e, na Avenida Guajajaras, anunciaram o assalto.

No coletivo, havia um passageiro armado, que reagiu ao assalto. Adriano Costa foi alvejado, enquanto o seu cúmplice fugiu levando alguns pertences das vítimas. A polícia foi acionada. Socorristas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) levaram o assaltante baleado para o Socorrão II, onde o mesmo foi submetido a procedimento cirúrgico.

Ainda segundo o delegado, os assaltantes começaram a recolher os celulares dos passageiros e desceram correndo do coletivo. Em seguida, o passageiro efetuou os tiros e atingiu um dos bandidos. "O criminoso baleado está no hospital e não pode ser ouvido. Provavelmente, ficará paraplégico", revelou.

Prisão

A polícia encaminhou ontem para a Unidade Prisional de Viana Ivanilson Araújo Sousa, Coelho, de

Passageiro armado atingiu um dos criminosos em fuga

Suspeito foi à casa da vítima fingindo comprar máscara

29 anos. Ele foi preso em cumprimento a uma ordem judicial no último dia 1º, no povoado São Jerônimo, em São Vicente de Ferrer, acusado de ter assassinado Domingos Vicente Pinheiro, Domingos da Beta, 79 anos. O crime ocorreu no dia 21 de maio deste ano.

Os policiais prenderam Ivanilson Sousa na residência de parentes, na zona rural de São Vicente, e o apresentaram na Delegacia Regional de Viana, onde o mesmo prestou esclarecimentos sobre o caso. A polícia informou que o suspeito entrou na residência da vítima a pretexto de comprar uma máscara de proteção e acabou cometendo o crime. O idoso levou golpes de faca no tórax, braços e nádegas. Ele ainda foi levado ao hospital, mas não resistiu aso graves ferimentos. ●

Íntegra em oestadoma.com/493109

Corregedor eleito para presidir forum regional

Chefe da CGJ/MA, desembargador Paulo Vélten, foi eleito presidente do Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais de Justiça do MATOPIBA

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Vélten, foi eleito o novo presidente do Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Região MATOPIBA. A eleição ocorreu durante a 5ª reunião, por videoconferência, com representantes das Corregedorias da Justiça do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia e Minas Gerais, além de autoridades de diversos estados do país, para discussão dos desafios e avanços relacionados à governança responsável na Terra e regularização fundiária. A posse ocorrerá no próximo dia 6 de dezembro.

O evento foi organizado pela Corregedoria Geral da Justiça do Piauí - CGJ/PI, com solenidade aberta pelo presidente do Fórum Fundiário e

Divulgação



Desembargador Paulo Vélten foi eleito presidente por aclamação

corregedor-geral da Justiça do Piauí, desembargador Hilo de Almeida Souza, e pelo presidente do TJPI, desembargador Sebastião Martins.

Durante o encontro, os desembargadores membros do MATOPIBA aprovaram, por unanimidade, a adesão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Minas Gerais ao Fórum Fundiário, e ampliaram o mandato da Presidência de um para dois anos (Biênio 2020-2022).

Com o fim do mandato do atual presidente Hilo Souza, os corregedores, por aclamação, elegeram o desembargador Paulo Velten, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, como o novo presidente do MATOPIBA. Além do desembargador Hilo Souza (Piauí), autor da indicação, votaram a favor os desembargadores João Rigo Guimarães (Tocantins), e Osvaldo de Almeida Bonfim (Bahia).

O corregedor Paulo Velten agradeceu a deferência dos colegas, e se comprometeu em dar seguimento ao excelente trabalho já realizado pelo Fórum. ●

Íntegra em oestadoma.com/493125

ESTADO MAIOR

Indeferido

O STJ indeferiu um pedido da Câmara Municipal de Marajá do Sena para suspender uma decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) sobre as contas do município referentes a 2009 e 2010.

Os vereadores reprovaram a prestação de contas do ex-prefeito Manoel Edivan Oliveira da Costa. Citando irregularidades nessa decisão, o TJ suspendeu os efeitos do decreto legislativo que desaprovou as contas.

No pedido dirigido ao STJ, a Câmara alegou que a decisão viola a competência constitucional outorgada ao Legislativo. O pleito, contudo não foi atendido pelo ministro Humberto Martins, presidente do STJ.

PH

PERGENTINO HOLANDA

ph@mirante.com.br



@holandaph



Fotos/Divulgação



HÁ VÁRIAS décadas atuando no Cerimonial Público, José Augusto Pestana promoveu, em 1993, neste Estado, o 1º Encontro de Cerimonial Público e Protocolo, quando exercia o cargo de Chefe do Cerimonial do Governo Edison Lobão, do qual recebeu total apoio para fundar, durante o encontro nesta Capital, o Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo. Decorridos quase trinta anos, a Academia Brasileira de Cerimonial e Protocolo voltou a reunir em São Luís o seu Comitê Nacional, e homenageou José Pestana com o Prêmio Cerimonial Brasil 2020, como único maranhense distinguido este ano com essa comenda. Para fazer a entrega do diploma, foi convidado o desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf, que naquela época era secretário de Justiça e Segurança do Governo Lobão



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 56/2020

Processo nº 15653/2020

Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão de abastecimento e de gestão de manutenção preventiva e corretiva dos veículos; **Abertura:** 17/11/2020 às 10:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br; **Fone:** (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 29 de outubro de 2020.

Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeiro TJMA (Uasg 925125).

Ex-procurador-geral perde ação contra blogueiro que revelou nepotismo no MP

A juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa, do 8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, julgou improcedentes, nesta semana, três ações do promotor Luiz Gonzaga Martins Coelho, ex-procurador-geral de Justiça do Maranhão, contra o blog do jornalista Gilberto Léda.

Na Justiça, Luiz Gonzaga acusava o jornalista de "ofender a honra e a sua imagem, maculando a sua dignidade", após uma série de publicações a respeito de

nepotismo na sua gestão.

O chefe do MP do Maranhão foi denunciado ao CNMP depois de haver nomeado a esposa de um sobrinho para cargo em comissão no órgão. Pela regra estabelecida por vasta jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) – reunida na Súmula Vinculante nº 13 -, trata-se de caso de nepotismo

Luiz Gonzaga Martins Coelho nomeou Amaujarianny Gonçalves Coelho, esposa do

sobrinho, Ícaro Milhomem Rocha Coelho, como chefe de Seção de Execução Orçamentária do órgão, com salário bruto de R\$ 4,5 mil.

Ao decidir sobre o tema, a juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa destacou, nos três processos, que "não houve críticas de índole pessoal".

"Verifico que as matérias dizem respeito às atuações atinentes à sua função, e fundamentam-se em denúncias decorrentes das atuações enquanto

membro da Procuradoria, mencionadas no processo disciplinar encaminhado ao CNMP, que fora arquivado. Não se pode esquecer que o requerente exerce cargo público. Portanto, fato de domínio e interesse de todos na sociedade", afirmou.

"Não se pode esquecer que o requerente exerce cargo público; logo, mais propenso a receber críticas e comentários desfavoráveis, seja pela imprensa ou cidadãos", ressaltou a magistrada.

CONSTITUIÇÃO SOBERANA

O cenário político brasileiro, já tão turbulento em razão da falta de harmonia que tem imperado entre os poderes ou mesmo interna corporis, com instituições não conseguindo buscar entendimento sequer na sua própria estrutura, ganhou vozes um pouco mais acentuadas. A razão foi a confirmação de proposta para uma nova constituinte, corpo de parlamentares formado com o fim exclusivo de redigir uma nova constituição.

A proposta de uma nova constituinte não é algo assim tão novo, mas saltam aos olhos os argumentos trazidos para justificar uma tentativa que já nasceu com prazo de validade vencido. Em que pese alguns dispositivos ainda não se encontrarem devidamente recepcionados por quem os deveria cumprir, alegar que há mais direitos que deveres não parece uma "desculpa" razoável.

Não é plausível, para não dizer sorrateiro, a fala de que a nossa Constituição Federal apenas privilegia direitos e não tenha deveres a serem cumpridos, seja nela própria ou em lei própria dela emanada para fins de regulamentação de matérias diversas.

Ademais, não há que se falar em excesso de direitos quando o que se busca, por meio da Carta Magna é a consolidação do bem estar social. Saúde, trabalho, educação, segurança, liberdade de expressão, de crença, de pensamento, de locomoção. Onde está a demasia em garantir uma sociedade justa, igualitária, fraterna e com liberdades na consolidação de uma democracia.

Temos muitos direitos? Sim, fato! Direitos que oram furtados dos cidadãos ao longo de duas obscuras décadas. Direitos que se perderam em masmorras,

sob o acoite de carrascos de botas. Direitos que se esvaíram pelos ralos da ganância ao longo da história, subjugando a nação ao eterno sonho do país do futuro. Onde está o erro em garantir direitos?

Ao passo que nosso Ordenamento estabelece direitos ele também, de forma automática, estabelece, na mesma proporção, os deveres equivalentes. Só há direitos quando, em contrapartida, há o cumprimento de deveres, seja pelo cidadão, seja pelo Estado. Um não existe sem o outro.

Há um ditado que diz que quanto mais velho, melhor o vinho. À sabedoria popular, acrescenta-se o fato de que o vinho precisa ser bem cuidado, guardado em temperatura ideal e a garrafa deve ser manuseada adequadamente. Assim é a constituição de uma nação. Um bom exemplo é a norte americana, uma das mais democráticas e que vigora há quase 250 anos.

Nossa Constituição é uma das mais bem arquitetadas em todo mundo. Alcança todas as dimensões da vida em sociedade, naquilo que é possível, e deixa a oportunidade para que emendas sejam feitas, adequando-se à realidade social de cada momento.

E não é apenas a Carta de 1988. O Brasil tem dispositivos elogiados mundo afora naquilo que concerne à manutenção do meio ambiente, proteção de crianças, idosos, mulheres e outros temas. É necessário, no entanto, que haja obediência às leis, ao Estado positivado, ponto sobre o qual devemos, todos, fazer a mea-culpa.

Como já dizia o saudoso Ulisses Guimarães, no discurso que trouxe à vida a Carta ora vigente,

"A Constituição pretende ser a voz a letra a vontade política da sociedade rumo à mudança". Mudança esta que está em constante movimento, possibilitada pela própria Norma Maior.

O 5 de outubro de 1988 marcou o fim de vinte longos meses de intensos trabalhos, que foram iniciados com a implantação da Assembleia Constituinte, instalada em 1º de fevereiro de 1987, por determinação do então presidente José Sarney. Foi arquitetada sob a inteligência 500 cérebros, entre senadores e deputados, apoiados por um sem número de assessores e estudiosos.

Houve participação popular de forma intensa, que se manifestou por meio de formulários distribuídos nas agências do Correios. Quase 73 mil sugestões foram feitas pelos cidadãos e outras 12 mil vieram de entidades representativas. O processo constituinte não foi uma simples aventura, advinda daqueles que voltaram a ver as luzes após vinte anos de um blackout social.

Com a promulgação, sobreveio um divisor de águas na sociedade, sendo inaugurado um novo período de liberdades e respeito às individualidades, mas também do cumprimento, sim, de deveres.

Advém daí o Sistema Único de Saúde, exemplo para o mundo inteiro. Se não caminha como deveria, é outra discussão, que não cabe nesta proposta. As minorias, como deficientes, negros, indígenas, dentre outros, passaram a ter o mínimo de esperança em alcançar aquilo que antes lhe era negado. Direito, sim. Nenhum a mais, nenhum a menos. Apenas direito, tal como é, tal como já existe.

Sobrevieram mecanismos para coibir abusos de poder



Osmar Gomes dos Santos

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís; Membro das Academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

do Estado, a censura à imprensa e às artes foi abolida, prevalecendo, novamente, a liberdade de expressão. O Judiciário resgatou seu protagonismo e, ainda no âmbito jurídico, vimos nascer o habeas corpus, o mandato de segurança e as ações populares. Dispositivos que estão ao alcance de todos, sem distinção.

Lá se vão mais de 30 anos daquela tarde de outubro, mas, ao que se tem vivenciado no país, a jornada ainda é longa e a Carta de 1988 ainda terá que enfrentar muitos desafios e mostrar sua força perante uma sociedade plural. Merece ser debatida, refletida, comentada e até modificada? Sim, oportunamente, como já ocorre. Mas sempre visando ao bem comum e jamais a interesses turvos.

Percalços existem, mas defendo que a força de uma constituição democrática não está em um pedaço de papel. Ela só existe, só pode cumprir sua missão, quando invocamos os seus propósitos em nossas práticas cotidianas. A Constituição é o povo em suas práticas diárias a torná-la efetivamente viva, a torná-la cidadã. Vida longa à nossa democracia, vida longa à nossa Constituição.

Seic fez 33 prisões em 30 dias, em ações contra criminosos no Maranhão

Um total de 33 prisões efetuadas e 24 mandados de busca e apreensão cumpridos totalizam os resultados de operações da Superintendência Especial de Investigação Criminal (Seic), órgão da Polícia Civil. Do total de prisões, 23 são flagrantes e 10 por mandados expedidos pela Justiça. Os números referem a ações realizadas nos últimos 30 dias, no combate a crimes tecnológicos, contra instituições financeiras e crime organizado.

“Estamos intensificando e reforçando as ações de repressão, com abrangência em todo o Estado, para conter organizações criminosas de atuação diversa. São grupos que praticam roubo a banco, formação de facção, crimes cibernéticos e outros. Seguimos um planejamento que tem foco no combate

dessas modalidades e que, consequentemente, soma para frear outras ocorrências, como homicídios e tráfico de drogas”, disse o titular da Seic, delegado Carlos Alessandro Rodrigues.

Relatório da Seic destaca o cumprimento de cinco mandados de prisão pelo Departamento de Combate a Roubos a Instituições Financeiras (Dcrif), contra suspeitos de roubo a banco. Onze prisões em flagrantes e cinco mandados cumpridos são resultado de ações do Departamento de Combate ao Crime Organizado (DCCO). Pelo Departamento de Defesa de Serviços Delegados (DDSD), foram cumpridos cinco mandados de busca e 13 prisões em flagrante. Pelo Departamento de Combate a Crimes Tecnológicos (DCCT),

foram dois mandados de busca cumpridos.

Entre os casos, o cumprimento de cinco mandados de busca e apreensão em condomínio na cidade de São José de Ribamar. Dez pessoas foram presas em flagrante pelo crime de furto de energia elétrica. Em perícia no local, a polícia constatou inversão de fase, uso de ‘jumper’ e ligação direta na rede pública como elementos do crime. Os autuados pagaram fiança e responderão criminalmente em liberdade.

Na operação batizada de Balsa Furada, foram alvos fazendas de soja irrigada e empresas do setor nos municípios de Balsas, Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras, Carolina, Tasso Fragoso, entre outras localidades.

A polícia apreendeu quatro transformadores usados para furto de energia elétrica e aplicou multa aos envolvidos.

Prisões por roubo a banco tiraram de circulação suspeitos, armas de grosso calibre, munições e explosivos. Entre os crimes, roubo na modalidade ‘sapatinho’ (extorsão mediante sequestro); e integrante de facção. Ação conjunta das polícias de Colinas (MA) e Marabá (PA) prendeu três membros de facção que planejavam sequestrar funcionário do Banco do Brasil. Entre estes, um policial militar suspeito de organizar o crime e, ainda, uma mulher que intermediava informações entre o policial e criminosos custodiados no Complexo Prisional de Pedrinhas.

Polícia cumpre mandados contra suspeitos por morte de transexual

A Polícia Civil do Maranhão cumpriu seis mandados de busca e três de prisão temporária dos suspeitos de participação na morte da transexual Natasha Nascimento, em São Luís Gonzaga (a 258 km da capital maranhense).

Durante as buscas, foram apreendidos aparelhos celulares e uma arma de fogo, sendo o dono da arma preso em flagrante por porte ilegal. As investigações continuam na apuração de informações sobre o fato.

Natasha morreu no dia 24 passado, após duas semanas internada no Hospital Carlos Macieira, em São Luís, por ter tido seis costelas quebradas, o maxilar deslocado e várias



Natasha Nascimento morreu no dia 24 no Hospital Carlos Macieira

fraturas pelo corpo.

Ela teria sido espancada e atropelada quando passava pela BR-316, na altura de São Luís Gonzaga.

Dois homens e três mulheres foram apontados como principais suspeitos de envolvimento na agressão.

A mãe de Natasha, Delsina Nascimento, relatou que a filha sempre enfrentou desafios por conta da orientação sexual e que ela temia pela segurança da família.

A Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA), que acompanha o caso, afirma que ele pode ser enquadrado como crime de transfobia.

TJMA e AML promovem conferência virtual com o escritor angolano Pepetela

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Academia Maranhense de Letras (AML) promovem, nesta quinta-feira (5), às 17h, conferência virtual com o escritor angolano, Pepetela, um dos vencedores do Prêmio Camões (1997), pela riqueza de sua obra literária.

A conferência virtual – que será transmitida pelo canal do Tribunal de Justiça do Maranhão no Youtube (youtube/tjmaoficial) – terá como mediadores o presidente da Corte, desembargador Lourival Serejo, e o advogado e escritor maranhense, Alexandre Lago.

Pepetela – cuja obra reflete a história contemporânea de Angola – é licenciado em Sociologia e atua como docente na Faculdade de Arquitetura da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, capital de Angola.

A história angolana antes do colonialismo faz parte da obra literária de Pepetela, que inclui o romance “Mayombe”, que retrata a vida e o pensamento de

O cartão de divulgação da conferência virtual apresenta o seguinte conteúdo: No topo, um banner vermelho com o texto 'CONFERÊNCIA VIRTUAL' e '5 de novembro' ao lado de um ícone de play e 'live YOUTUBE /tjmaoficial'. Abaixo, o nome 'Escritor angolano Pepetela' em letras grandes, com 'Pepetela' em vermelho. Segue-se o texto 'Prêmio Camões de Literatura de 1997 FALA PARA O MARANHÃO'. Na seção 'Mediadores', listam-se 'Lourival Serejo' (Presidente do TJMA e membro da AML) e 'Alexandre Lago' (Advogado e escritor). Abaixo, a palavra 'realização' precede os logos do TJMA e da AML. À direita, há uma imagem em tons de verde do rosto do escritor Pepetela. Na base, um texto informa: 'A conferência virtual será transmitida ao vivo pelo canal do TJMA no Youtube'.

um grupo guerrilheiro durante a guerra em Angola, que teve início em 1975 e continuou – com alguns intervalos – até 2002. A trajetória de Angola narrada e analisada por Pepetela pode ser lida também nos livros “A Gloriosa Família” e “Lueji”. Sua obra mais ambiciosa é “Yaka”, um romance histórico publicado

em 1984, que ganhou o prêmio nacional de literatura, em Angola. Entre as obras escritas pelo escritor angolano incluem-se ainda “O Quase Fim do Mundo” – uma alegoria pós-apocalíptica – e “O Planalto e a Estepe”, que examina as ligações entre Angola e outros países ex-comunistas, além de “Muana Puó”, livro no

qual ele examina a situação de Angola, através da metáfora das máscaras dos Cômkes, uma etnia daquele país africano.

O primeiro romance do Pepetela foi publicado em 1972, com o título “As Aventuras de Ngunga”, com uma análise sobre o crescimento revolucionário de Ngunga, um jovem guerrilheiro do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), com um tom épico e didático.

O romance introduz o leitor aos costumes, à geografia e à psicologia de Angola. Pepetela cria um diálogo entre a tradição angolana e ideologia revolucionária, debatendo quais tradições devem ser alimentadas, e quais devem ser alteradas. A obra marca a carreira de Pepetela, dono de uma obra extensa que inclui romances, peças, ensaios.

Um dado importante é o fato do romance ter sido escrito e publicado quando Pepetela lutava contra os portugueses na Frente Leste. A publicação da obra ocorreu somente após a independência de Angola, quando o escritor se tornou vice-ministro da Educação no governo do presidente Agostinho Neto.

5 de novembro

CONFERÊNCIA VIRTUAL

live  **YOUTUBE**
/tjmaoficial

Escritor angolano Pepetela

Prêmio Camões de Literatura de 1997 **FALA PARA O MARANHÃO**

Mediadores **Lourival Serejo**
Presidente do TJMA e membro da AML

Alexandre Lago
Advogado e escritor

Realização  **TJMA**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO



Abraço do Dia

O nosso abraço desta terça-feira vai para o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, que foi eleito como novo presidente do Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Região MATOPIBA.

A eleição ocorreu durante a 5ª reunião, por videoconferência, com representantes das Corregedorias da Justiça do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia e Minas Gerais, além de autoridades de diversos estados do país. A posse ocorrerá no próximo dia 6 de dezembro.

Corregedor Paulo Velten é eleito novo presidente do Fórum Fundiário Matopiba

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, foi eleito o novo presidente do Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Região Matopiba. A eleição ocorreu durante a 5ª reunião, por videoconferência, com representantes das Corregedorias da Justiça do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia e Minas Gerais, além de autoridades de diversos estados do país, para discussão dos desafios e avanços relacionados à

governança responsável na Terra e regularização fundiária. A posse ocorrerá no próximo dia 6 de dezembro.

O evento foi organizado pela Corregedoria Geral da Justiça do Piauí – CGJ/PI, com solenidade aberta pelo presidente do Fórum Fundiário e corregedor-geral da Justiça do Piauí, desembargador Hilo de Almeida Souza, e pelo presidente do TJPI, desembargador Sebastião Martins. Durante o encontro, os desembargadores membros do Matopiba aprovaram, por unanimidade, a adesão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Minas Gerais ao Fórum Fundiário, e ampliaram o mandato da Presidência de um para dois anos (Biênio 2020-2022). Com o fim do mandato do atual presidente Hilo Souza, os corregedores, por aclamação, elegeram o desembargador Paulo Velten, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, como o novo presidente do Matopiba. Além do desembargador Hilo Souza (Piauí), autor da indicação, votaram a favor os desembargadores João Rigo

Guimarães (Tocantins), e Osvaldo de Almeida Bonfim (Bahia). O corregedor Paulo Velten agradeceu a deferência dos colegas, e se comprometeu em dar seguimento ao excelente trabalho já realizado pelo Fórum. “Para estar à altura dessa aclamação, farei todo o esforço necessário para honrar essa indicação com o compromisso de fazer avançar essa pauta importantíssima para toda a região do Matopiba”, ressaltou o corregedor.

O FÓRUM

O Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Justiça da Região do Matopiba, foi fundado em 06 de dezembro de 2018, em Teresina, Piauí, sempre contando com a participação e presença de representantes de instituições ligadas à temática agrária dos quatro Estados, buscando a interação entre a sociedade civil organizada e as instituições estaduais que lidam com o assunto. O Matopiba visa à formulação de propostas para a melhoria da gestão fundiária e soluções dos conflitos pelo uso da terra.

TJ cassa mandato do prefeito de Governador Nunes Freire

O Tribunal de Justiça do Maranhão cassou neste domingo (1º) o mandato do prefeito da cidade de Governador Nunes Freire, Josimar Alves de Oliveira, o Josimar da Serraria, como é popularmente conhecido. Após se envolver em escândalos como apreensão de cheque de R\$ 400 mil que a operação da Gaeco encontrou em sua residência e até hoje não foi explicado sua origem, agora o prefeito de Governador Nunes Freire, Josimar da Serraria, terá que explicar na Justiça o que fez com os R\$ 4 milhões da verba federal do combate ao Covid-19, com fortes indícios de desvio.

PÁG.3



O prefeito Josimar da Serraria, além de ter o mandato cassado, terá de explicar aplicação de verbas para combate à Covid-19

TJ cassa mandato do prefeito de Governador Nunes Freire

Justiça quer que Josimar da Serraria preste contas de verbas destinadas ao combate da Covid-19

O Tribunal de Justiça do Maranhão cassou neste domingo (1º) o mandato do prefeito da cidade de Governador Nunes Freire, Josimar Alves de Oliveira, o Josimar da Serraria, como é popularmente conhecido. Após se envolver em escândalos como apreensão de cheque de R\$ 400 mil que a operação da Gaeco encontrou em sua residência e até hoje não foi explicado sua origem, agora o prefeito de Governador Nunes Freire, Josimar da Serraria, terá que explicar na Justiça o

que fez com os R\$ 4 milhões da verba federal do combate ao Covid-19, com fortes indícios de desvio.

O juiz da comarca de Governador Nunes Freire, Flávio Fernando Gurgel, expediu mandado de segurança, que obriga o prefeito Josimar da Serraria a prestar esclarecimentos do que fez com os recursos, após fortes indícios de desvios.

Agora o prefeito corre contra o tempo, pois a Justiça deu prazo de cinco dias úteis, a contar do dia 30 de outubro. Se não



O prefeito Josimar da Serraria, além de ter o mandato cassado, terá de explicar aplicação de verbas para combate à Covid-19

cumprir dentro do prazo o juiz Flávio Gurgel poderá expedir ordem de prisão para o prefeito. Escândalos envolvendo desvios de recursos públicos que deve-

riam ser utilizados no enfrentamento da pandemia se espalharam de norte a sul do país. Vários prefeitos já foram presos pelos mesmos motivos.

Gerente de feiras livres se defende e afirma ter acordo para recolher dinheiro dos feirantes

Robson Martins Ferreira foi preso na Feira Livre da Praia Grande, no dia 4 do mês de setembro, acusado de usurpação

AIDÊ ROCHA

Quase dois meses depois de ter sido preso, em cumprimento a mandado de prisão temporária, acusado de usurpação de cargo público e formação de quadrilha, Robson Martins Ferreira, de 48 anos, segue tentando provar à Justiça que o trabalho realizado por ele, nas feiras livres da capital maranhense, é fruto de um acordo com os mais de 700 feirantes. Ele foi preso dia 4 de setembro, deste ano, quando cobrava a taxa de manutenção na Feira Livre da Praia Grande e levado ao Plantão Central das Cajazeiras. Na ocasião, os feirantes, protestaram contra a prisão e garantiram haver um acordo entre eles para prestação de serviço nas feiras. Robson foi liberado, por meio de habeas corpus, 24 horas depois e chegou a dormir no Centro de Triagem de Pedrinhas. Por decisão da Justiça, ele está proibido de sair da cidade, sem autorização, e deverá estar recolhido em casa a partir das 18h. Em entrevista ao **Jornal Pequeno**,



GILSON FERREIRA

Robson Martins Ferreira garantiu que serviço realizado nas feiras livres faz parte de um acordo entre ele e os feirantes

Martins explicou que, desde 2018, ficou responsável entre os feirantes para gerenciar as feiras livres que funcionam na Praia Grande e nos bairros da Cohab, Vinhais, Renascença, João de Deus, Turu, Bequimão e Madre Deus. A cada edição das feiras, uma taxa é cobrada aos feirantes,

de acordo com o que é vendido no dia.

“Essa taxa recolhida serve, principalmente, para pagar os funcionários que trabalham nas feiras. São 14 funcionários, entre eles tem carregadores e eletricitas, por exemplo. Esse dinheiro também é usado para

realizar os reparos que sejam necessários nos locais”, garantiu. Robson explicou, ainda, que não é funcionário da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa) e que não possui qualquer vínculo com a Prefeitura de São Luís. Todo o trabalho realizado nas feiras por ele e sua equipe ocorreria com autorização dos feirantes. “Se não soubessem da minha índole, ninguém teria ido até a delegacia me defender e pedir minha soltura”, frisou.

A ajuda vinda da Semapa às feiras, esclarece Robson, ocorre, nos últimos seis meses, na questão do combustível e da manutenção dos veículos que fazem o transporte das bancas de um local para o outro, assim como na limpeza dos espaços.

Visando por fim à confusão com os órgãos municipais, o gerente disse que será criada uma cooperativa tanto para organizar o funcionamento das feiras livres quanto para garantir os direitos e benefícios dos trabalhadores do local.

Tribunal do Júri de São Luís julga 48 réus em novembro

Nesta terça-feira, dia 3, iniciam as sessões de júri popular do mês de novembro, no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís. Nessa data, sentará no banco dos réus, na 2ª Vara do Tribunal do Júri, Ronald Frazão Santos Vale Júnior, pelo assassinato de Paulo Roberto Rodrigues de Lima, na madrugada do dia 27 de junho de 2013, no bairro Vicente Fialho. Ao todo, serão julgados no mês 48 acusados de crimes dolosos contra a vida.

Além de Ronald Frazão Santos Vale Júnior, também sentarão no banco dos réus, no 2º Tribunal do Júri, Marcos William dos Santos e Rubem Mendes Nunes (dia 05), Robert Serejo Oliveira (10), Roger Gustavo Pereira da Silva (17), José Modesto Rodrigues Pereira (19), Leonardo Lopes Machado (24) e Kelilson Fonseca Brandão (26). Presidirá as sessões o juiz Gilberto

de Moura Lima.

No 1º Tribunal do Júri serão julgados em novembro José Agnaldo Queiroz Lima (4), Carlos Santos Campos Sousa (5), Jullearfeson de Jesus Azevedo e Silvia Leticia Rodrigues Costa (10), Rogério Lopes Maciel (12), Natanael Vidigal Mesquita (17), Carlos Magno Pinto Nascimento (18), William Azevedo dos Santos (19), Thalysson Farias de Sousa (24), Danilo Pereira Costa (25), Natiele Guterres de Almeida (26). As sessões serão presididas pela juíza Rosângela Santos Prazeres Macieira.

Já na 3ª Vara do Júri, que tem como titular o juiz Clésio Coelho Cunha, irão a julgamento Severino Moreira Ramos (4), Carlos Felipe da Silva Ribeiro (6), João Vítor Oliveira da Silva, Marcos Antônio Sousa de Abreu Campelo, Ruan dos Santos Braga e Willian dos Santos

Braga (9), Paulo Sérgio Conceição da Costa (11), Gilson Privado Coelho e Marinês Cantanhede Serra (25), Geovanne Silva Santos (27), César Marlin Ribeiro Moraes, João Rodrigo Ribeiro Moraes e Wanderson Marcos Andrade Sousa (30).

Presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, o 4º Tribunal do Júri julgará Lúcio Frank Azevedo da Silva (05), Jorge Ferreira Lopes (6), Miguel Carvalho de Caldas (9), Diego dos Santos Guterres (10), Carlana Cristina Carvalho (12), Kevin Silva Azevedo (13), Noel Magno da Costa Leite (16), Dayedson Silva Pires (17), Fagner Gomes Sena (19), Gilberto Correa Viana (20), Alan Júlio dos Santos Rodrigues (23), Rogener Lima Pires e Valdecir Benedito Soares (24) Jairo Reis Gomes e Jenildson Costa Moreira (26), Janilson Márcio

Fonseca Sousa (27) e Fernando Veiga de Aguiar (30).

As Varas do Júri são responsáveis pelo julgamento de crimes dolosos contra a vida, como homicídio e tentativa de homicídio, aborto e auxílio ao suicídio.

As sessões de julgamento ocorrerem nos salões localizados no primeiro andar do Fórum Des. Sarney Costa, começando sempre às 8h30. Como medida de prevenção do contágio pelo novo Coronavírus (Covid-19) haverá controle de acesso aos salões do júri. É priorizada a entrada de testemunhas processuais, familiares de vítimas e acusados, jurados, promotores de Justiça, defensores públicos e advogados das partes. Os salões também passam por sanitização sempre no dia anterior às sessões. O uso permanente de máscaras é obrigatório para todos.